



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 9, art. 9, p. 189-212, set. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.9.9>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



MIAR



## Monitorias e Estágio não Obrigatório na Geografia da UFRGS: Análise Documental

### Monitoring and non-Mandatory Internships in Geography at UFRGS: Documentary Analysis

#### Victor Hugo Nedel Oliveira

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: [victor.nedel@ufrgs.br](mailto:victor.nedel@ufrgs.br)

#### Gabriela Borba Bispo dos Santos

Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Bolsista PROBIC/UFRGS de Iniciação Científica

E-mail: [gabrielasantos1996@hotmail.com](mailto:gabrielasantos1996@hotmail.com)

#### Luigi Filipi Assandri Bonato

Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Bolsista CNPq de Iniciação Científica

E-mail: [luigibonato@outlook.com](mailto:luigibonato@outlook.com)

---

#### Endereço: Victor Hugo Nedel Oliveira

UFRGS – Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43.136,  
gabinete 216, Agronomia, CEP: 91.509-900, Porto  
Alegre/RS, Brasil

#### Endereço: Gabriela Borba Bispo dos Santos

UFRGS – Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43.136,  
gabinete 216, Agronomia, CEP: 91.509-900, Porto  
Alegre/RS, Brasil

#### Endereço: Luigi Filipi Assandri Bonato

UFRGS – Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43.136,  
gabinete 216, Agronomia, CEP: 91.509-900, Porto  
Alegre/RS, Brasil

#### Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 26/05/2023. Última versão  
recebida em 13/06/2023. Aprovado em 14/06/2023.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

A temática da formação docente em Geografia vem ganhando destaque na produção acadêmica contemporânea, tornando-se significativa na investigação sobre os profissionais e os processos envolvidos na educação. Ao mesmo tempo, programas como as Monitorias Acadêmicas e os Estágios Não Obrigatórios têm alargado os momentos dessa formação para espaços extracurriculares, demandando maiores análises. O objetivo do presente texto constitui-se em apresentar um panorama inicial dos resultados de investigação que analisa o impacto de diversos programas de formação extracurricular na formação inicial docente da Licenciatura em Geografia da UFRGS. Especificamente neste artigo, são apresentados os resultados da estratégia de análise documental sobre os documentos relativos aos Programas de Monitorias Acadêmicas e dos Estágios Não Obrigatórios na Geografia da UFRGS. Os resultados da pesquisa revelaram a diversidade de materiais encontrados e sua abrangência no que se refere aos espaços de formação docente extracurricular no curso estudado.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia. Monitorias. Estágio não obrigatório. Formação Docente. UFRGS.

## ABSTRACT

The theme of teacher training in Geography has been gaining prominence in contemporary academic production, becoming significant in research on professionals and processes involved in education. At the same time, programs such as Academic Monitoring and Non-Mandatory Internships have extended the moments of this training to extracurricular spaces, demanding further analysis. The objective of this text is to present an initial overview of the research results that analyzes the impact of several extracurricular training programs on the initial teacher training of the Degree in Geography at UFRGS. Specifically in this article, the results of the document analysis strategy on the documents related to the Academic Monitoring Programs and Non-Mandatory Internships in Geography at UFRGS are presented. The research results revealed the diversity of materials found and their scope in terms of spaces for extracurricular teacher training in the studied course.

**Keywords:** Geography Teaching. Monitoring. Internship not mandatory. Teacher training. UFRGS.

## 1 INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores é uma relevante temática que vem ganhando cada vez mais importância no meio acadêmico devido ao desenvolvimento dos processos que compreendem a Educação e como está se desenvolvendo sua formação. O Programa de Monitorias Acadêmicas, realizado em diversas Universidades, é muito significativo na medida em que aprimora o conhecimento do monitor em si, assim como promove o aprendizado colaborativo entre os estudantes dos cursos de graduação. Já o Programa de Estágio Não Obrigatório, por sua vez, trata-se de uma possibilidade dos discentes inserirem-se no mundo do trabalho a fim de ganharem experiência no lócus em que irão trabalhar, visto que o sujeito aplica na prática o que aprendeu em sua formação. Esses dois programas estão ocupando significativamente os espaços curriculares e extracurriculares na educação superior, os quais contribuem no desenvolvimento acadêmico e profissional de jovens e adultos.

O Programa de Monitorias foi concebido a partir da Lei 5.540/68 em seu Art. 41, sendo posteriormente substituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e, em seu Art. 84, apresenta como objetivo a criação das normas de organização e funcionamento do ensino superior no Brasil, possibilitando a elaboração da função de monitor no ambiente universitário. O contexto de criação da legislação original sobre a temática ocorreu no período de ditadura civil-empresarial-militar, e a suposta intenção era da expansão das matrículas nas universidades públicas brasileiras.

As monitorias acadêmicas foram criadas com a intenção de potencializar e elevar os índices de sucesso acadêmico entre os discentes, minimizando a evasão e fortalecendo a permanência estudantil e diplomação. Os principais focos da monitoria acadêmica é melhorar e apoiar o ensino na graduação, aproximar os estudantes da pesquisa e da prática docente, auxiliar os professores orientadores no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas, bem como permitir ao estudante a ampliação do seu conhecimento na área em que está envolvido. A organização de trabalho é delimitada pelo Plano de Monitoria de Atividades de Ensino, organizado em parceria com o docente (orientador) e o discente (monitor) e atualmente a remuneração gira em torno de R\$ 400,00, destacando que também existem monitorias voluntárias. Para participar, o estudante deve estar regularmente matriculado no curso de graduação na qual obteve a aprovação na disciplina anteriormente.

O Programa de Estágio Não Obrigatório, por sua vez, torna-se regularizado no Brasil em 2008 com a finalidade de inserir e aproximar milhares de jovens ao mundo do trabalho para ganharem experiência e, ao mesmo tempo, possuírem uma fonte de renda também sem

possuir carga horária que se sobreponha aos estudos. Há diferenças entre o Estágio Obrigatório e o Estágio Não Obrigatório, pois o primeiro forma parte do projeto do curso de graduação e sua carga horária é pré-requisito para a aprovação na disciplina e obtenção do diploma; o segundo é entendido como uma atividade opcional somada à carga horária obrigatória. Outra diferença importante existente entre os estágios é que no obrigatório não é exigido das empresas que elas forneçam, por exemplo, valores para locomoção/transporte, enquanto que no não obrigatório é oferecido tal valor do deslocamento.

As formas de organização dos estágios são bastante variadas, de acordo com as instituições envolvidas no processo. Quando se é um aluno de ensino médio, sua carga horária máxima é de 4h por dia e tem uma remuneração a partir de R\$400,00; quando se é aluno de ensino superior, a carga horária pode variar, assim como também os valores da remuneração, atualmente existem estágios que retribuem com valores superiores a um salário mínimo, dependendo do curso. Além da bolsa, o estágio sempre conta com o benefício do vale transporte e alguns com vale alimentação.

Normalmente, os estágios não obrigatórios possuem até dois anos de duração e não geram qualquer vínculo empregatício CLT, mas se o estágio for de ensino superior e em uma empresa de iniciativa privada, pode ocorrer uma efetivação ao final da experiência. É importante salientar que os alunos vinculados aos estágios não obrigatórios devem manter a frequência regular em sua instituição de ensino, levando à perda do estágio no não cumprimento desta norma.

O presente artigo é um dos resultados do projeto intitulado “Formando-me professor/a de Geografia na UFRGS: os espaços formativos extracurriculares na formação inicial docente da licenciatura em Geografia da UFRGS”. O objetivo geral pretende analisar os impactos e efeitos dos espaços formativos extracurriculares, neste caso as Monitorias e os Estágios Não Obrigatórios, na formação inicial docente da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, para atingir o que se propõe, foi elaborado um levantamento bibliográfico a partir de múltiplos bancos de dados: do Planalto, no Portal do MEC, da UFRGS e da PROPESQ da UFRGS, bem como do Instituto de Geociências da UFRGS.

O texto está organizado, para além da introdução, na apresentação de um breve referencial teórico – o qual está estruturado em três partes, uma sobre o Programa de Monitorias, outra sobre os Estágios Não Obrigatórios e a última sobre o campo da formação inicial docente em Geografia –, na discussão metodológica, nos resultados – divididos em Federal, UFRGS e Geografia UFRGS e nas considerações finais.

## 2 BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

Frison (2016) refere-se à monitoria como uma modalidade de ensino que potencializa o aprendizado colaborativo dos estudantes universitários. Também traz considerações de como é o Ensino Superior, não sendo somente um adicionador de conhecimentos teóricos e científicos nas trajetórias dos sujeitos; da mesma forma, também discorre que a monitoria teve início na Idade Média, nos monastérios, percorrendo o ensino historicamente acumulado; assim como a Lei 5.540/68 instituiu a figura do monitor e logo após a LDB (Lei 9.394 de 1996) outorgou a presença de monitores no Ensino Superior público. O texto apresenta o monitor como um mediador das aprendizagens dos colegas, contribuindo para qualificar o trabalho dos professores. A consequência não foi somente os professores produzirem conteúdos mais críticos nas aulas e orientações dos monitores, mas sim o aprendizado mútuo entre monitores e estudantes, fortalecendo o ensino nas faculdades.

Lavall e Barden (2014) tiveram como objetivo verificar as contribuições do estágio não obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes da UNIVATES. Para fins de alcançar esse objetivo, procurou-se compreender o perfil desses estagiários, os cursos e as empresas concedentes, a relação entre a teoria com a prática e com o mercado de trabalho, além de averiguar a necessidade de adotar práticas novas pela instituição de ensino superior em relação aos estágios não obrigatórios de seus estudantes. Como instrumento de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e levantamento de dados através da aplicação de questionários. Os resultados demonstraram que o estágio não obrigatório contribuiu significativamente para a formação acadêmica e profissional dos discentes, visto que essa experiência possibilitou a eles a aplicação prática dos conhecimentos obtidos ao longo das aulas no estágio em que estavam fazendo, bem como a aquisição de experiências que potencializarão a atuação profissional destes. Entretanto, foi revelado um descontentamento por parte dos estudantes com a falta de supervisão *in loco* da Universidade, fator esse que pode ser visto como uma possibilidade de melhoria para a Instituição.

As discussões apresentadas por Gonzaga *et al* (2015) nos mostram como as representações sociais podem influenciar diretamente nos estágios não obrigatórios. O objetivo geral do trabalho das autoras era de analisar as representações sociais dos estudantes universitários do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM) quanto às suas experiências em relação ao estágio não-obrigatório. Para tanto, foi discutido nos desdobramentos da primeira parte do trabalho que as representações sociais são elaboradas com base no senso comum, por exemplo, quando foi dito que os estágios são uma

maneira de inserir o discente no mercado de trabalho, conseguimos identificar que é uma representação que manifesta a proximidade que o estágio criou com o trabalho, assim como relataram que o estágio é considerado algo precário, visto que tiveram como base os valores de remuneração desta função e/ou desvio das atividades estabelecidas. Os resultados revelaram que estágio não obrigatório é representado pelos estudantes analisados como sendo uma maneira mais imediata de admissão ao mercado de trabalho, e também uma forma de estabelecer interações com diferentes grupos sociais, possibilitando ao estudante a busca de atividades que complementem sua formação, bem como sendo uma maneira de conseguir ajuda de custo no auxílio de suas despesas, entretanto essa remuneração nem sempre consegue atender a todas suas necessidades, por ser baixa e, por vezes, precarizada, na medida em que exercem algumas atividades que não condizem com suas áreas de formação.

O relato de caso de Chaud e Abreu (2011) nos informa como a regulamentação dos estágios não obrigatórios no ano de 2008 foi relevante e trouxe uma série de benefícios como um todo, em especial para os discentes do curso de Nutrição da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sujeitos da pesquisa. Anteriormente, o estágio não obrigatório era denominado como estágio extracurricular e neste havia uma série de lacunas em aberto na legislação, as quais os acadêmicos e as Instituições de Ensino Superior (IES) não possuíam nenhuma segurança em seu desenvolvimento, tal como consta no relato do Ministério Público do Trabalho (MPT, 2001):

[...] a legislação não ampara os estágios extracurriculares; que cabe às IES a sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação dos estágios curriculares; que o não acompanhamento pedagógico do estágio pelas IES implica considerar tal colocação mera intermediação de mão de obra; que o estágio profissional tem sido instrumento generalizado de fraude aos direitos sociais, não raro encobrendo verdadeiros contratos de trabalho; que a mera assinatura do termo de compromisso de estágio não pressupõe a validade dessa contrato; que a IES quando não cumpre suas obrigações quanto ao acompanhamento dos estágios pode ser responsabilizada como intermediadora de mão de obra [...]

Em síntese, antes da publicação da nova lei de estágios, as IES que permitissem os estágios não obrigatórios, sem a supervisão de um orientador docente, estariam cometendo uma infração. Com a institucionalização da Lei nº 11.788/08, o estágio não-obrigatório ganha outra dimensão do ponto de vista pedagógico, sendo elaborada uma série de critérios para seu desenvolvimento pleno. Os estudantes do caso analisado têm os estágios obrigatórios em suas área e contam com o apoio de seus orientadores, bem como nos estágios não obrigatórios, os quais mantêm essa mesma sistemática, contudo são entendidos como uma atividade complementar e opcional e, como pré-requisito, o aluno deve estar matriculado na 5ª etapa do curso. Como resultados do relato de caso, a experiência dos alunos nos estágios não

obrigatórios foi satisfatória, visto que o acompanhamento dos discentes permitiu um melhor aprendizado, bem como uma aproximação maior entre a universidade e a unidade concedente do estágio.

Pontuschka (2010) versa em seu trabalho como a formação inicial de professores é foco de diversos debates e encontros acadêmicos, assim como as mudanças curriculares com o passar do tempo criaram desarticulações na prática pedagógica. O Brasil, por ser um país grande e diverso culturalmente, possui diferenças nos projetos de formação de professores entre as universidades, por exemplo, entre as universidades públicas e privadas e isso acontece em razão da história da fundação daquele lugar, da qualificação dos professores, do maior ou menor auxílio financeiro, da diversidade sociocultural etc. Por isso que a gestão universitária e a formação de professores se constituem de formas diferentes. Entretanto, alguns autores apresentados nos desdobramentos do texto nos convidam a pensar a falta de aproximação entre a Geografia Acadêmica e a Geografia Escolar, entre as disciplinas pedagógicas e as atividades de estágio, as desigualdades como um todo entre os discentes, bem como o acesso dos avanços disponibilizados pelas pesquisas. A pesquisa, por sua vez, além de ser uma construção técnica do conhecimento, também é uma metodologia de ensino, visto que pesquisar nos possibilita questionar e nos ensina a pensar, por isso a relevância de uma leitura crítica. Nos desdobramentos do texto, foi criticado um documento no qual os professores recebiam um material pronto e ali já vinha discriminado o que ensinar, como ensinar e avaliação a ser feita. Com isso, se chegou à conclusão de que foi tirada a autonomia de trabalho do professor, bem como as possibilidades de criação e de decisão sobre os métodos de avaliação.

Já Cavalcanti (2011), por sua vez, vai abordar a formação inicial de professores de Geografia a partir dos anos 2000 e suas possíveis intervenções na prática escolar, tendo como foco a espacialidade dos alunos. Ao longo do tempo, diversos programas institucionais foram criados com a finalidade de produzir uma reforma na educação e estas se deram com base nas orientações da política educacional brasileira. Esta política visava à formação por competências, produtividade e uma maior vinculação ao mercado de trabalho e, posteriormente, com as reformulações, a estrutura da formação de docentes motivou debates e o resgate da ideia do professor como um ator reflexivo. Algumas demandas sociais conduziram as modificações na estrutura dos cursos de licenciatura como a busca por profissionais qualificados e reflexivos, bem como a alteração da organização “3+1”, a qual tinha a finalidade de nos três primeiros anos de graduação cursar apenas as cadeiras teóricas e, no último ano, inserir-se nas pedagógicas. Com a reforma, foi estabelecida a oferta dessas

disciplinas pedagógicas concomitantemente com as teóricas, na medida em que auxilia na integração de conhecimentos e identidade docente. As graduações de Geografia ampliaram a carga horária das disciplinas pedagógicas e dos estágios, as colocando ao longo do curso. Entretanto, ainda é latente a separação entre pesquisa e ensino, disciplinas teóricas e pedagógicas, assim como a continuidade da lógica conteudista; reforçando a problemática da dificuldade de aplicar em sala de aula o que foi aprendido na faculdade. Diante disso, a Geografia escolar é significativa para a construção de conhecimentos geográficos para o professor e para o aluno que está aprendendo a ler o mundo. O lugar é uma relevante referência para ensinar Geografia, pois nele é analisada sua relação com distintas escalas e no espaço vivido desses indivíduos e, com isso, conseguem compreender melhor as dinâmicas.

Ainda, Neto e Barbosa (2010) apresentam uma análise da relação do professor e sua atuação na Geografia Escolar. Nos desdobramentos da leitura, percebemos como as condições de ensino e aprendizagem nas redes pública e privada do ensino básico demonstram um universo de disparidades, entretanto fica notório que as práticas pedagógicas precisam ser repensadas e trazidas para as realidades dos alunos. A relação entre a formação inicial dos professores de Geografia e a qualidade de ensino é direta, pois fica perceptível quando o docente tem dificuldades ao ensinar essa disciplina e as práticas de memorização tornam a aula desinteressante; já quando é um professor que apresenta domínio do conteúdo e tem uma metodologia mais interativa, tende a produzir uma aula melhor e incentiva o pensamento crítico. Uma das escolas pesquisadas era da rede pública de ensino e localizava-se no interior do estado do Ceará; a outra pertencia à rede privada e estava localizada na capital do estado em questão. A primeira instituição carecia de profissionais formados em Geografia, o livro didático era usado como base das aulas, o quadro era pouco usado e os alunos não gostavam das aulas. A segunda possuía professores formados em Geografia, o livro didático não era utilizado, o quadro era frequentemente usado e os alunos gostavam das aulas. Diante dessa explanação, conseguimos refletir que às vezes o fato de o professor não conseguir desenvolver uma aula mais interativa é em função de ele ser formado em outra disciplina e tem dificuldades ao ensinar Geografia, bem como usa do livro didático como norteador da aula porque desconhece a ciência geográfica. Em ambos os casos, os professores tinham como metodologia somente aulas expositivas e isso desmotivava os alunos, visto que todas as aulas eram iguais e monótonas, fator que às vezes acabava gerando indisciplina.

### 3 METODOLOGIA

Pimentel (2001) apresenta no seu artigo A relevância da utilização da análise documental nas pesquisas, por se tratar do seu próprio trajeto metodológico, ela dissertou que foram analisados diversos documentos referentes à história da Psicologia vinculada com a da Educação no Brasil, bem como foram feitas análises da relação teórico-prática e reflexões da relação entre a Psicologia e a ação pedagógica elaborada por Ana Maria Poppovic. Da perspectiva analítica, foram realizadas uma categorização e uma análise de conteúdo dos materiais elegidos, o que promoveu um levantamento quantitativo e qualitativo. Nos desdobramentos da pesquisa, Pimentel reparou a frequência de alguns conceitos, bem como o contexto no qual se apresentavam. A autora também coloca a análise documental como um instrumento metodológico, possibilitando o uso complementar ou principal na investigação historiográfica, assim como aborda a significância de investigar o fazer e o saber dos atores que produziram tal conhecimento.

O trabalho de Sá-Silva *et al* (2009) retrata a pesquisa documental como um processo que aplica métodos e técnicas para o entendimento e análise de documentos, assim como aborda a diferença que há da pesquisa bibliográfica, sendo a primeira a utilização de dados já publicados e, na segunda, são usados dados coletados empiricamente. Os autores versam sobre o aperfeiçoamento do conceito de documento, uma vez que passou de somente uma prova escrita para qualquer material que contenha informação registrada. Ao longo da leitura, são debatidas as etapas da análise documental, especificamente documentos em texto, e enfatiza a avaliação preliminar dos documentos e suas dimensões: contexto, identidade do autor, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave e, por último, são apresentadas as etapas da análise documental.

Junior *et al* (2021) abordam em seu artigo Reflexões acerca da análise documental e os tipos de documentos utilizados, não se valendo apenas do documento escrito como fonte, mas levando em consideração os documentos iconográficos como as fotografias, os desenhos e as pinturas. Os autores caracterizaram as partes que compreendem a análise documental e sua utilização como instrumento metodológico qualitativo e quantitativo, bem como mencionam as dimensões da análise preliminar dos documentos. No percurso da leitura, são apresentadas as vantagens da pesquisa documental, sendo uma possibilidade do estudo de pessoas fisicamente distantes ou falecidas e o fato de os documentos poderem ser consultados várias vezes, assim como possui baixo custo financeiro para produzir. Quanto às desvantagens, foi versado que os documentos não são capazes de traduzir as informações

reais, como também podem ter falta de objetividade. Por último, é descrita a relevância da análise documental na pesquisa qualitativa, pois proporciona o entendimento dos documentos.

A coleta de dados se deu através da análise documental, ou seja, foram achados diferentes arquivos a respeito do Programa de Monitoria Acadêmica e do Programa de Estágio Não Obrigatório para o ensino básico e superior, totalizando respectivamente 29 e 17 materiais de pesquisa. Primeiramente, foi estruturado um banco de dados na plataforma Planilhas *Google* com três grandes segmentos que envolvem os documentos de ordem Federal – Cartilhas, Leis, Ofícios, Portarias, Regulamentos e Resoluções –, os da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os do curso de Geografia da UFRGS. Em seguida, foi realizado um levantamento bibliográfico nos *sites* do Planalto, no Portal do MEC, da UFRGS e da PROPESQ da UFRGS e do Instituto de Geociências da UFRGS, com o objetivo de selecionar os arquivos que contemplassem as temáticas das três grandes divisões para cada programa. Mais adiante foram elaboradas categorias para analisar os dados que foram achados, bem como foram produzidas escritas sobre cada uma delas.

Após a planilha ser preenchida, foram agrupados os materiais que tinham similaridades entre si e também foi feita uma leitura flutuante desses achados de pesquisa. Para a concepção de cada categoria, foram levadas em conta as realidades de cada programa, os quais resultaram em 6 categorias para o Programa de Monitoria Acadêmica. Do ponto de vista do segmento Federal, foi criada apenas uma categoria. A categoria Leis se justifica por seu conteúdo legal (em forma de Lei), que se debruça sobre a Educação no país a partir de uma série de determinantes que enquadram a atuação do Estado no campo educacional além de outras providências, como a garantia ao direito à educação, a avaliação dos mecanismos de produção acadêmica no ensino superior, a promoção de bolsas de pesquisa e monitorias acadêmicas, entre outros quesitos. Sob a ótica da UFRGS, foram criadas 3 categorias. Num panorama geral, o documento encontrado para essas categorias trata-se de editais para concessão de bolsas para os alunos atuarem e em cada um são descritas detalhadamente todas as etapas. A categoria editais COORLICEN foram criados com a finalidade de demonstrar que esse projeto visa possibilitar os alunos a participarem da própria construção do conhecimento, bem como auxilia outros alunos que têm dificuldade na aprendizagem. Já a categoria dos editais de seleção de monitores, para atuar no Ensino Básico no Colégio de Aplicação da UFRGS (CAp), foi concebido com a finalidade de expor como está se dando a formação inicial docente na escola básica e se estão ocupando essas vagas. A categoria editais de seleção de monitores para Faculdade de Educação (FACED) foi pensada para analisar a participação dos alunos do curso de Geografia nas disciplinas pedagógicas. Quanto ao

segmento do curso de Geografia da UFRGS, foram criadas duas categorias, as quais denominam-se Editais de seleção de monitores de Geografia - Campus Litoral Norte e Editais de seleção de monitores de Geografia - Campus do Vale. As duas categorias visam à inserção dos estudantes na monitoria acadêmica, contudo, estão separadas por não serem oferecidas no mesmo campus e pela primeira oferecer bolsas de caráter interdisciplinar, enquanto na segunda são oferecidas bolsas de monitoria somente para disciplinas da Geografia.

Da perspectiva do Programa de Estágio Não-obrigatório, foram criadas 3 categorias. Sob a perspectiva Federal, foi elaborada apenas uma categoria. A categoria Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, foi criada com a finalidade de versar mais profundamente o que essa lei propõe, bem como a relevância que ela tem na vida de milhares de estudantes. A partir ponto de vista dos documentos que foram achados para a UFRGS, foi criada uma categoria. A categoria Resolução nº 40/2016 do CEPE foi elaborada para explicar as normas do Programa de Estágio Não-obrigatório na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e os pré-requisitos que os alunos devem possuir. Do segmento do curso de Geografia da UFRGS, foi criada apenas uma categoria também, a qual denomina-se Resolução da Comissão de Graduação da Geografia UFRGS, que assim como versado anteriormente, descreve todas as normas que os estudantes precisam respeitar para ingressarem em um Estágio Não Obrigatório, com especificidade para o curso de Geografia.

A estratégia de análise dos dados se baseou na leitura sistemática de cada arquivo identificado, demonstrando suas afinidades e dessemelhanças, a relevância desses dados para a pesquisa, bem como a importância das bolsas de Monitoria e dos Estágios Não Obrigatórios para a formação inicial de professores de Geografia. Do ponto de vista das Monitorias, uma vez lidos os 29 documentos, somente 22 foram de fato selecionados, pois englobava como um todo os alunos do curso de Geografia da UFRGS; da perspectiva dos Estágios Não Obrigatórios, foram lidos 17 documentos, entretanto, somente 4 foram de fato selecionados. Por último, foram criados pequenos textos a respeito de cada categoria.

Em cumprimento aos mais altos padrões da ética na pesquisa em Ciências Humanas, cumpre registrar que a presente pesquisa encontrou-se isenta de avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, por tratar-se de investigação realizada unicamente com material de domínio público.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Sobre as Monitorias

Foram encontradas a Lei N° 9.394 (BRASIL,1996) e a Lei N° 10.861 (BRASIL, 2004), de ordem federal, as quais instituem artigos relacionados à educação no país, mas com focos distintos. A Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de modo a definir em seus artigos a educação, princípios e fins no âmbito nacional desta, e os direitos e deveres que a esta se vinculam, como, por exemplo, o próprio direito à educação e o dever do Estado em garanti-la. Já a Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004, nas palavras do documento: “Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências”. Destaca-se no documento, por interesse desta pesquisa, o Art° 3, no qual institui-se a monitoria, bolsa de pesquisa e demais modalidades como meios de estímulo à produção acadêmica. Essas leis demonstram-se importantes para a pesquisa, na medida em que expõem o caminho evolutivo de uma legislação cada vez mais preocupada com a produção acadêmica brasileira.

Foram detectados dois materiais (BRASIL, 2022i) e (BRASIL, 2022j), acerca dessa modalidade, os quais são Editais de seleção de bolsas de monitoria para Projeto de Apoio Acadêmico, promovido pela Coordenadoria das Licenciaturas (COORLICEN). Esse projeto tem a intenção de propor um espaço especial de ensino, proporcionando ao aluno participar da sua própria construção do conhecimento, bem como promover um lócus de auxílio aos estudantes que têm dificuldades de aprendizagem, assim como foca em atividades com grandes índices de reprovação e evasão. Nesses Editais são explicados todos os procedimentos que os interessados precisam fazer para a inscrição, por exemplo, o aluno precisa estar matriculado regularmente em algum curso de licenciatura, ser beneficiário PRAE, entre outros fatores. Os critérios de seleção se dão através da análise da documentação enviada previamente, que consiste na avaliação do Currículo Lattes ou Vitae, do histórico da graduação e da carta motivacional, bem como será feita uma entrevista posteriormente. Ambos os Editais se complementam na medida que os dois são exatamente iguais, o único fator que os diferencia é que um dos Editais é destinado para vagas remanescentes. Esses documentos são relevantes, visto que podemos analisar quem são esses estudantes que estão participando, se as atividades estão ajudando os sujeitos na aprendizagem, bem como sua formação inicial docente.

Para essa categoria, foram achados três Editais de seleção de monitores para o Colégio de Aplicação da UFRGS, dois deles para o ano de 2021 (BRASIL, 2021b) e (BRASIL, 2021c), bem como o outro para o ano de 2022 (BRASIL, 2022e). Esses documentos trazem detalhadamente as informações para os sujeitos se candidatarem e outras tantas informações. Por se tratar de um Edital geral, são ofertadas vagas de monitoria para várias disciplinas, o que também inclui a Geografia. Para tanto, os interessados devem preencher um formulário e mandar uma série de documentos para um e-mail específico da instituição. A seleção do candidato se dará a partir da documentação de inscrição para suas respectivas áreas, bem como a disponibilidade de horários, conhecimento específico da área, desenvoltura e análise do histórico. Os documentos apresentam bastante similaridade entre si do ponto de vista dos procedimentos gerais, contudo a principal disparidade entre eles é em relação ao número de monitorias, dois dos editais oferecem 35 vagas e o outro somente 12. Esses documentos são significativos na medida em que podemos pesquisar se os sujeitos ocuparam as vagas e como está dando a sua formação inicial docente.

Nessa categoria foram encontrados oito Editais para fins de selecionar monitores para as disciplinas que fazem parte dos departamentos de Ensino e Currículo (DEC), de Estudos Especializados (DEE) e de Estudos Básicos (DEBAS) da Faculdade de Educação da UFRGS entre os anos de 2018 e 2022. Essa série de Editais dissertam acerca dos requisitos que os discentes devem ter para conseguir participar da seleção de bolsas, entre outras informações. Como essas bolsas estão sendo ofertadas pelos departamentos da Faculdade de Educação, obviamente a maioria das disciplinas será de cunho pedagógico, assim como também são oferecidas algumas disciplinas de Geografia atreladas à Educação. Os materiais se correlacionam sob os aspectos gerais, entretanto, temos um recorte de 5 anos entre eles e nesse meio tempo ocorreu a Pandemia da COVID-19, fator esse que afastou os alunos e professores das atividades presenciais; dois dos achados da pesquisa são editais para selecionar bolsistas para atuarem no Ensino Remoto Emergencial. A importância desses achados se dá na medida em que conseguimos verificar e quantificar a participação dos alunos nas diferentes disciplinas pedagógicas nas quais serão monitores, bem como nas disciplinas de Geografia em conjunto com a Educação.

Quanto a essa categoria, foram encontrados três documentos do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte que correspondem aos Editais de seleção de Monitoria Acadêmica para os semestres 2020/1 (BRASIL, 2020a), 2021/2 (BRASIL, 2022d) e 2022/2 (BRASIL, 2022h). Esses Editais descrevem minuciosamente tudo o que os estudantes precisam fazer e respeitar para serem selecionados para as bolsas, tais como: estar

matriculado regularmente no curso, comprovar a aprovação na disciplina que irá se candidatar a monitor, não estar vinculado a nenhuma outra bolsa, entre outros quesitos. Os inscritos para a seleção de vagas das monitorias serão escolhidos conforme a análise curricular, o histórico do curso e a nota da entrevista. Por se tratar de um Edital do Departamento Interdisciplinar, não constam apenas disciplinas do curso de Geografia, mas contempla também a área da Matemática, da Física, da Filosofia, entre outras. Como pontos de convergência entre os Editais, observa-se que o método de avaliação permanece igual, bem como os seus objetivos e informações gerais. Como pontos de divergência, podemos apontar que o primeiro Edital citado foi divulgado meses antes de estourar a Pandemia da COVID-19 no Brasil; o segundo e o terceiro foram publicados durante a Pandemia, contudo num período próximo de seu declínio. Cabe ressaltar também que os alunos contemplados do Edital de 2020 tiveram que se readaptar em função das mudanças globais que ocorreram e, infelizmente, nem todos conseguiram seguir com o compromisso da monitoria por problemas socioeconômicos e falta de acesso tecnológico. A relevância desses documentos se dá na medida em que podemos fazer comparações entre eles, visto que o número de bolsas diminuiu, contudo a oferta de monitorias continuou ocorrendo.

Foram identificados quatro arquivos para essa categoria, sendo todos Editais do Departamento de Geografia para selecionar monitores para os semestres 2020/1 (BRASIL, 2020d), 2021/2 (BRASIL, 2022c), 2022/1 (BRASIL, 2022f) e 2022/2 (BRASIL, 2022g). Nos Editais são descritos detalhadamente os pré-requisitos que os alunos devem ter para conseguirem conquistar as bolsas de monitoria, por exemplo, como já mencionado, estar matriculado regularmente em um curso de graduação da UFRGS e ter disponibilidade de 20h semanais, entre outros fatores. O método de seleção dos bolsistas consiste em uma entrevista e no desempenho acadêmico de cada aluno, isto é, no seu histórico escolar e análise de currículo; caso constem candidatos com a mesma nota, o critério de desempate é aquele que tem a melhor nota na entrevista e assim sucessivamente. Por se tratar de um Edital específico do Departamento de Geografia, todas as vagas de monitoria são para as disciplinas deste curso e, portanto, somente os alunos do curso que já fizeram as tais disciplinas podem concorrer. Os quatro Editais apresentam semelhanças nos seus procedimentos gerais, mudando somente o número de monitorias e se elas são voluntárias ou remuneradas. Também é importante comentar que todos os arquivos foram anunciados durante a Pandemia no país, em diferentes fases, fatores esses que motivaram os alunos escolhidos a readaptarem sua atuação, com exceção das monitorias que sempre eram oferecidas em EAD. Esses documentos são

significativos, visto que podemos fazer um levantamento quantitativo de quantas bolsas são oferecidas, quantas presenciais, quantas são remuneradas, entre outros aspectos.

#### 4.2 Sobre os Estágios não Obrigatórios

Para essa categoria, foram encontrados 2 documentos, a Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008a) e a Cartilha Esclarecedora sobre esta lei (BRASIL, 2008b). O primeiro vai estabelecer o estágio enquanto processo educativo e a aproximação com o mundo do trabalho, assim como a relevância deste para os discentes que estão frequentando o ensino regular, seja ele básico ou superior. O estágio pode ser obrigatório ou não-obrigatório, sendo o obrigatório definido pelo curso que está frequentando e a carga horária é requisito para sua aprovação; enquanto o não-obrigatório é uma atividade opcional. O segundo achado também disserta sobre a Lei nº 11.788, bem como traz setenta perguntas que os jovens em geral podem ter e as respectivas respostas para elas, como, por exemplo, o que é um estágio? Quais são as modalidades? Se há uma relação empregatícia, entre outros fatores. A importância dessa lei se dá na medida em que estabelece os objetivos e enquadramentos dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios, e que estes são vistos como a porta de entrada para o mercado de trabalho e, em termos acadêmicos, para a ciência e pesquisa. Ambos os documentos se complementam na medida que o dois tratam do mesmo assunto, o único fator que os diferencia é que um deles é uma lei que compõe a Legislação Federal e o outro é uma cartilha com as informações mais simplificadas. Esses documentos são relevantes, uma vez que podemos investigar quem são esses estudantes que estão fazendo os estágios não-obrigatórios, bem como sua formação inicial docente.

Foi detectado um material para essa categoria através do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e sua denominação é Resolução nº 40/2016 (BRASIL, 2016). O presente material estabelece as normas do Programa de Estágio Não-obrigatório na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Diante do exposto, é dissertado que o Estágio Não-obrigatório é desenvolvido como atividade opcional e que deve estar previsto no projeto pedagógico do curso em questão; ele também visa ao aprendizado, pois aproxima o aluno do mercado de trabalho e ao seu desenvolvimento como cidadão; as atividades que serão desempenhadas devem obrigatoriamente ter correlação com a área de estudos do curso que o aluno estiver realizando; é obrigatória a existência de um instrumento jurídico, na modalidade de Convênio, entre a universidade e entes públicos e privados, nos quais devem estar de acordo todas as condições do estágio e durante a realização, esses órgãos têm de

comprometer-se em assegurar o estagiário contra acidentes pessoais, arcando com todas as despesas necessárias. Além dessas normas, o estudante deve estar regularmente matriculado em algum curso de graduação da UFRGS; possuir, a partir da segunda matrícula, taxa de integralização (número de créditos obtidos/número de matrículas no curso) igual ou superior a 50% da Taxa de Integralização Média (TIM) do Curso; não apresentar reprovação por falta de frequência (FF) em mais de 25% das atividades de ensino em que esteve matriculado; ter plano de atividades, com a concordância do professor orientador, aprovado pela Comissão de Graduação (COMGRAD) específica de cada curso, entre os fatores. Esse material é muito significativo, pois podemos analisar quem são os alunos que estão fazendo os Estágios Não-obrigatórios e quantificá-los.

Quanto a esta categoria, foi identificado um documento da Comissão de Graduação do curso de Geografia da UFRGS (COMGRAD-GEA), localizada no campus do Vale e este documento é denominado Resolução nº 03/2017 – sobre o Estágio não-obrigatório (BRASIL, 2017). O material descreve minuciosamente todas as normas para os estudantes respeitarem, para assim conseguirem ingressar em um Estágio Não-obrigatório, tais como: estar regularmente matriculado no curso de Geografia; não apresentar reprovação por falta de frequência (FF) em mais de 25% das atividades de ensino em que esteve matriculado; apresentar justificativa para a realização do Estágio, indicando seu interesse, motivações e expectativas, entre outros fatores. Além dos requisitos versados anteriormente, pode ser feita a concessão de autorização ao aluno regularmente vinculado ao curso de Geografia para realizar o Estágio Não-obrigatório como aluno em Mobilidade Acadêmica, em âmbito nacional ou internacional, desde que este Estágio Não-obrigatório esteja previsto no plano de estudos aprovado pela instituição de origem e pela COMGRAD-GEA; a carga horária a ser cumprida pelo aluno limita-se a no máximo 30 horas semanais e tem que ser compatível com o horário do curso de Geografia, seja ele diurno ou noturno, assim como esta carga horária do Estágio Não-obrigatório é registrada no histórico do discente como atividade complementar. Esse achado de pesquisa é muito significativo, pois podemos analisar os requisitos e as normas que os alunos devem levar em consideração quando procuram um Estágio Não-obrigatório, bem como quantificar quantos alunos estão fazendo essa atividade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações sobre a formação inicial de professores são muito relevantes, visto que podemos compreender e refletir acerca das transformações que vêm acontecendo nos

desdobramentos do tempo no campo da Educação, assim como nos ajuda a entender como está ocorrendo a formação inicial dos estudantes de licenciatura e, possivelmente, repensar alguns aspectos provenientes desses trabalhos. Os Programas de Monitoria Acadêmica além de aperfeiçoar o conhecimento do sujeito em si, também proporciona o aprendizado colaborativo entre os colegas, bem como aproxima o aluno da prática docente e da pesquisa, pois ao lado do professor orientador são desenvolvidas atividades didático-pedagógicas. Os Programas de Estágio Não Obrigatório são muito significativos na medida em que possibilitam aos jovens e adultos ingressarem no mercado de trabalho para, assim, experienciarem em termos práticos o que estudaram na faculdade, ou não, além de ser uma fonte de renda. A importância de debater e entender esses dois Programas se dá conforme observamos que os sujeitos estão adquirindo experiência profissional, bem como ampliando seu leque de conhecimentos.

No embasamento teórico foram debatidos diversos conteúdos a respeito das três principais temáticas deste trabalho, que são os Programas de Monitoria Acadêmica, os Programas de Estágio Não Obrigatório e a formação inicial docente em Geografia, os quais nos auxiliaram a entender melhor seus pontos positivos e negativos.

Do ponto de vista das Monitorias, como aspectos positivos, foi debatido que essa modalidade de ensino aprimora o aprendizado individual e colaborativo entre os estudantes, assim como aproxima esses indivíduos da rotina dos professores.

Sob a ótica dos Estágios Não Obrigatórios, como potencialidades, foi apontado que a participação nessa modalidade foi muito rica na medida em que os discentes conseguiram pôr em prática os conhecimentos estudados em aula e conseguiram adquirir uma certa experiência profissional; assim como foi levantado que por meio dos estágios os alunos tiveram interações com diversos grupos sociais e que também é uma maneira de possuir uma remuneração; por último, foi discutida a relevância da institucionalização dos Estágios Não Obrigatórios, uma vez que proporcionou uma série de benefícios para os alunos, assim como promoveu uma aproximação maior entre a Universidade e a unidade concedente do estágio.

Como aspectos a serem repensados, foi discutida a necessidade de uma maior supervisão *in loco* durante o estágio; assim como foi apontado que algumas vezes os estagiários tiveram que exercer uma função diferente da sua área de atuação; e a baixa remuneração também foi apontada como um aspecto negativo, visto que o valor não consegue suprir todas as necessidades deles.

Sobre o campo da formação inicial docente em Geografia, quanto aos aspectos positivos, podemos apontar que o ato de pesquisar ao longo da graduação é uma potente

metodologia de ensino, visto que, além de ser uma construção técnica do conhecimento, também permite ao estudante pensar e questionar sobre o que está aprendendo; a oferta de disciplinas pedagógicas simultaneamente com as teóricas também foi importante na medida em que contribui para integração dos conhecimentos; assim como a Geografia Escolar é importantíssima para construirmos o conhecimento geográfico, pois com ela conseguimos ensinar o aluno a ler o mundo; por último, foi abordado que um professor que demonstra domínio dos conteúdos e possui uma metodologia interativa consegue despertar nos alunos a vontade de aprender.

Como elementos a serem repensados, foi levantado que as mudanças curriculares com o tempo promoveram desarticulações na prática pedagógica, isto é, há falta de aproximação entre a Geografia Acadêmica e a Geografia Escolar, assim como entre as disciplinas pedagógicas e com as de Estágio Obrigatório; também foi discutido que o professor aos poucos está perdendo sua autonomia, visto que já existem materiais já vêm determinando o que ensinar, como ensinar e o método de avaliação; foram criticadas as práticas de memorização no ato de ensinar, uma vez que tornam a aula desinteressante e as vezes sem aplicação prática na vida; por último, foi trazida a carência de professores formados em Geografia nas escolas, fator esse que explica a dificuldade de alguns professores em ensinar essa disciplina.

O instrumento metodológico utilizado nessa investigação foi muito importante, visto que nos proporcionou muitas reflexões sobre a relevância das Monitorias e dos Estágios Não Obrigatórios nas atividades curriculares e extracurriculares dos estudantes que estão na formação inicial docente em Geografia, a qual está passando por várias alterações nos últimos tempos e que tem influenciado na formação dos futuros professores. A pesquisa documental é um instrumento metodológico muito significativo, visto que nos proporciona a aproximação com diferentes tipos de materiais, os quais nos possibilitam elaborar uma pesquisa historiográfica sobre a temática em que se está trabalhando.

Os documentos selecionados para o Programa de Monitoria Acadêmica, sob a perspectiva legislativa, nos demonstram a preocupação do Estado para com a Educação, visto que foram encontradas duas Leis que assinalam a garantia do direito à Educação, assim como promove bolsas de pesquisa e de Monitorias Acadêmicas. Do ponto de vista das Monitorias na UFRGS, podemos apontar de maneira global que esses documentos da COORLICEN, do Colégio de Aplicação da UFRGS e da FACED da UFRGS são editais para a concessão de bolsas de Monitoria e em cada um deles são descritas todas as etapas a serem seguidas. O primeiro se trata de um Projeto de Apoio Acadêmico, o qual viabiliza o aluno a participar da

própria construção do conhecimento, bem como auxilia estudantes que possuem dificuldades de aprendizagem; o segundo oportuniza o estudante atuar como monitor no ensino básico e o terceiro no ensino superior. Sob a ótica das Monitorias do curso de Geografia da UFRGS, podemos constatar duas principais diferenças: no curso de Geografia oferecido no Campus Litoral Norte, as bolsas de monitoria oferecidas são de caráter interdisciplinar; já no curso de Geografia, ofertado no Campus do Vale, as bolsas oferecidas são somente as próprias disciplinas do curso. Alguns desses editais comentados anteriormente foram disponibilizados durante a Pandemia da COVID-19 e, infelizmente, não contemplou todos os alunos na medida em que vários possuíam graves problemas socioeconômicos e falta de equipamento tecnológico.

Os materiais elegidos para o Programa de Estágio Não Obrigatório, sob o olhar legislativo, determinam o Estágio como um processo educativo que aproxima o estudante do mercado de trabalho e a relevância dessa Lei se dá à medida em que estabelece os objetivos e direitos desse programa, bem como abarca os sujeitos que frequentam o ensino básico e superior. Do ponto de vista da Resolução nº 40/2016 do CEPE da UFRGS, são estabelecidas as normas do Programa de Estágio Não Obrigatório na Universidade e nela é dissertado que essa modalidade de Estágio é vista como uma atividade opcional e que deve estar no projeto pedagógico do curso em que a pessoa está matriculada, bem como as atividades desempenhadas devem ter correlação com a área de estudos do curso, entre outros quesitos. Por último, a Resolução da Comissão de Graduação da Geografia da UFRGS é um material que descreve minuciosamente todo o regulamento que os discentes devem respeitar para conseguirem obter um Estágio Não Obrigatório específico para o curso de Geografia.

Como desafios no decorrer da escrita da presente investigação, destaco a pouca produção bibliográfica acerca dos dois Programas que foram discutidos, visto que a grande maioria dos documentos que foram analisados eram editais de concessão de bolsas para os respectivos programas, com destaque para as Monitorias que obtiveram mais materiais do que os Estágios Não Obrigatórios.

Dessa forma, é reconhecido que as investigações documentais proporcionam a análise e o entendimento de que tais documentos nos comunicam e permitem a compreensão das fortalezas e dos pontos a serem repensados que os Programas de Monitoria Acadêmica e os Programas de Estágios Não Obrigatórios proporcionam para os estudantes. É relevante comentar que a inserção dos Estágios Não Obrigatórios e das Monitorias tanto no ensino básico como no ensino superior é uma maneira de incentivar a formação cidadã de sujeitos críticos, assim como podemos entendê-la como uma luta pela valorização da carreira docente,

elementos esses que corroboram fortemente no campo de pesquisa da Educação. A partir desta pesquisa conseguimos pensar em novas dimensões a serem investigadas, dado que foi debatido diversas temáticas importantes sobre os Programas de Monitoria Acadêmica, sobre os Programas de Estágios Não Obrigatórios, assim como da formação inicial docente em Geografia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, 2008a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm)>. Acesso em: 08 de dez. de 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Nova Cartilha Esclarecedora Sobre a Lei do Estágio Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008b. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.ica.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha-sobre-a-Lei-do-Estagio-11788.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Resolução Nº 03/2017 - sobre o estágio não obrigatório. Porto Alegre, 2017. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/graduacaoigeo/wp-content/uploads/2022/06/CGGEA\\_-\\_Resoluo\\_-\\_2017-03\\_-\\_Estgio\\_No\\_Obrigatrio.pdf](https://www.ufrgs.br/graduacaoigeo/wp-content/uploads/2022/06/CGGEA_-_Resoluo_-_2017-03_-_Estgio_No_Obrigatrio.pdf). Acesso em: 08 de dez. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Resolução Nº 40/2016 – CEPE. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/comgrad-arq/wp-content/uploads/2017/05/Res-40-Normas-estagios-Nao-Obrigatorio.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2022.

BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 12 de nov.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2020/1 do Departamento Interdisciplinar. Porto alegre, 2020a. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/campuslitoralnorte/wpcontent/uploads/EditalSele%C3%A7%C3%A3o-Monitorias-2020.1.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2018/1 do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), do Departamento de Estudos Especializados (DEE) e do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Porto alegre, 2018 a. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/faced/wp>>

content/uploads/2018/01/Edital-Monitoria-2018-1-NAAD.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2018/2 do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), do Departamento de Estudos Especializados (DEE) e do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Porto alegre, 2018 b. Disponível em:<[https://www.ufrgs.br/faced/wpcontent/uploads/2018/07/Edital\\_2018\\_2\\_Monitorias.pdf](https://www.ufrgs.br/faced/wpcontent/uploads/2018/07/Edital_2018_2_Monitorias.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2019/1 do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), do Departamento de Estudos Especializados (DEE) e do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Porto alegre, 2019. Disponível em:<<https://www.ufrgs.br/faced/wpcontent/uploads/2019/05/CronogramaSuplementar-Maio-2019-1.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2020/1 do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), do Departamento de Estudos Especializados (DEE) e do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Porto alegre, 2020b. Disponível em :<<https://www.ufrgs.br/faced/wp-content/uploads/2020/01/Edital-2020-1.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2020/2 na modalidade de Ensino Remoto Emergencial do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), do Departamento de Estudos Especializados (DEE) e do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Porto alegre, 2020c. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/faced/wp-content/uploads/2020/12/SEI\\_UFRGS-2587313-Edital.pdf](https://www.ufrgs.br/faced/wp-content/uploads/2020/12/SEI_UFRGS-2587313-Edital.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2021/1 na modalidade de Ensino Remoto Emergencial do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), do Departamento de Estudos Especializados (DEE) e do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Porto alegre, 2021a. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/faced/wp-content/uploads/2021/07/Edital-2021\\_1-ERE.pdf](https://www.ufrgs.br/faced/wp-content/uploads/2021/07/Edital-2021_1-ERE.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2022/1 do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), do Departamento de Estudos Especializados (DEE) e do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Porto alegre, 2022 a. Disponível em:<[https://www.ufrgs.br/faced/wpcontent/uploads/2022/05/Edital\\_de\\_Monitoria\\_2022\\_1.pdf](https://www.ufrgs.br/faced/wpcontent/uploads/2022/05/Edital_de_Monitoria_2022_1.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2022/2 do Departamento de Ensino e Currículo (DEC), do Departamento de Estudos Especializados (DEE) e do Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Porto alegre, 2022 b. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/faced/wp-content/uploads/2022/10/Edital-de-Monitorias-2022-2.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 001/2022 de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2021/2 do Departamento de Geografia. Porto alegre, 2022c. Disponível em: <<http://igeo.ufrgs.br/ig/images/editais2022/Monitoria2022.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 003 de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2020/1 do Departamento de Geografia. Porto alegre, 2020d. Disponível em: <[http://igeo.ufrgs.br/ig/images/editais2020/Edital\\_003\\_Monitoria\\_2020\\_2.pdf](http://igeo.ufrgs.br/ig/images/editais2020/Edital_003_Monitoria_2020_2.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 01 de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2021/2 na modalidade de Ensino Remoto Emergencial do Departamento de Interdisciplinar. Porto alegre, 2022d. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/campuslitoralnorte/wp-content/uploads/Edital-01\\_2022\\_SELEC%CC%A7A%CC%83O-DE-MONITORES\\_2021.2.pdf](https://www.ufrgs.br/campuslitoralnorte/wp-content/uploads/Edital-01_2022_SELEC%CC%A7A%CC%83O-DE-MONITORES_2021.2.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 01/2021 seleção para provimento de vagas de monitoria acadêmica do colégio de aplicação. Porto alegre, 2021b. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/colegiodeaplicacao/wpcontent/uploads/2021/02/edital\\_monitoria\\_012021.pdf](https://www.ufrgs.br/colegiodeaplicacao/wpcontent/uploads/2021/02/edital_monitoria_012021.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 01/2022 seleção para provimento de vagas de monitoria acadêmica do colégio de aplicação. Porto alegre, 2022e. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/colegiodeaplicacao/wp-content/uploads/2022/03/minuta-EDITAL-MONITORIA-ACADEMICApresencial-2022-1-Errata-Instr-Normativa-003-2022.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 02/2022 de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2022/1 do Departamento de Geografia. Porto alegre, 2022f. Disponível em: <<http://igeo.ufrgs.br/ig/images/editais2022/Edital-de-Seleco-de-Monitores-2022.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 03/2021 seleção para provimento e cadastro reserva de vagas de monitoria acadêmica do colégio de aplicação. Porto alegre, 2021c. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/colegiodeaplicacao/wpcontent/uploads/2021/08/edital\\_monitoria\\_032021.pdf](https://www.ufrgs.br/colegiodeaplicacao/wpcontent/uploads/2021/08/edital_monitoria_032021.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 05/2022 de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2022/2 do Departamento de Geografia. Porto alegre, 2022g. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/graduacaoigeo/wp-content/uploads/2022/10/Selecao-de-Monitoria-05-2022.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital nº 06 de Seleção de Monitoria Acadêmica para o semestre de 2022/2 na modalidade de Ensino Remoto Emergencial do Departamento de Interdisciplinar. Porto alegre, 2022h. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/campuslitoralnorte/wp-content/uploads/Edital-06\\_2022\\_SELECAO-DE-MONITORES\\_2022.1-1.pdf](https://www.ufrgs.br/campuslitoralnorte/wp-content/uploads/Edital-06_2022_SELECAO-DE-MONITORES_2022.1-1.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital N° 2/2022 de Seleção de Monitores COORLICEN/PROGRAD/UFRGS. Porto alegre, 2022i. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/coorlicen/manager/arquivos/Z9GaJ6Mtm7\\_25022022-COORLICEN\\_\\_EDITAL\\_DE\\_SELEAAO\\_DE\\_MONITOR\\_DE\\_APOIO\\_ACADAMICO\\_2022.docx\\_1.pdf](https://www.ufrgs.br/coorlicen/manager/arquivos/Z9GaJ6Mtm7_25022022-COORLICEN__EDITAL_DE_SELEAAO_DE_MONITOR_DE_APOIO_ACADAMICO_2022.docx_1.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edital N° 5/2022 Seleção de Monitores COORLICEN/PROGRAD/UFRGS. Porto alegre, 2022j. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/coorlicen/manager/arquivos/hoYR8NeQr4\\_19072022-05\\_2022\\_COORLICEN\\_\\_EDITAL\\_DE\\_SELEAAO\\_DE\\_MONITOR\\_DE\\_APOIO\\_ACADAMICO\\_2022.docx.pdf](https://www.ufrgs.br/coorlicen/manager/arquivos/hoYR8NeQr4_19072022-05_2022_COORLICEN__EDITAL_DE_SELEAAO_DE_MONITOR_DE_APOIO_ACADAMICO_2022.docx.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

CAVALCANTI, L. S. O lugar como espacialidade na formação do professor de Geografia: breves considerações sobre práticas curriculares. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2011. Disponível em: <<https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/39/28>>. Acesso em 07 de fev. de 2023.

CHAUD, D. M. A; ABREU, E. S. **Estágios não-obrigatórios em Nutrição**: a busca pela qualidade de ensino aliada às atuais exigências legais e educacionais – relato de caso. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v.5, n.3, 2011

FRISON, L. M. B. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pró-Posições**. v. 27, n.1, p.133-153, jan./abr., 2016.

GONZAGA, J. C. R; OLIVEIRA, J. S; CHAGAS, P. B. Representações sociais dos estudantes de administração sobre os estágios não-obrigatórios: um estudo na universidade estadual de Maringá. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 477-511, set, 2015.

JUNIOR, E. B. L *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356/1451>>. Acesso em 07 de fev. de 2023

LAVALL, J; BARDEN, J. E. **Estágio não obrigatório**: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, vol. 7, núm. 2, mayo, 2014, pp. 47-68.

NETO, F. O. L; BARBOSA, M. E. S. O ensino de geografia na educação básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na geografia escolar. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 1, n. 2, p. 160-179, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5528/552856443011.pdf>>. Acesso em 07 de fev. de 2023.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, p. 179-195, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 07 de fev. de 2023.

PONTUSCHKA, N. N. Convergências e tensões na formação de professores de Geografia: a formação inicial do professor-debates. **Olhar de professor**, v. 13, n. 1, p. 37-46, 2010.

Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3192/2331>>. Acesso em 07 de fev. de 2023.

SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>>. Acesso em 07 de fev. de 2023.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

OLIVEIRA, V. H. N; SANTOS, G. B. B; BONATO, L. F. A. Monitorias e Estágio não Obrigatório na Geografia da UFRGS: Análise Documental. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 9, art. 9, p. 189-212, set. 2023.

Contribuição dos Autores	V. H. N. Oliveira	G. B. B. Santos	L. F. A. Bonato
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X